

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.424 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2001

## Rejeitada taxa de iluminação pública

A proposta de emenda à Constituição que permitia aos municípios a cobrança de taxa de iluminação pública não obteve o número mínimo de votos para aprovação no Senado. Com 46 dos 49 votos necessários, a proposta foi arquivada.

PÁGINA 4

## CRIADOS 2.500 CARGOS NO QUADRO DO IBAMA

Projeto aprovado ontem pelo Senado cria 2.500 cargos no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A matéria vai à sanção.

PÁGINA 4

# Senado aprova restrição à imunidade parlamentar

Plenário mantém proposta da Câmara por unanimidade. Texto permite que parlamentares sejam processados – salvo por suas opiniões, palavras e votos – sem necessidade de licença prévia



Proposta de emenda constitucional motivou 38 pronunciamentos favoráveis à limitação da imunidade parlamentar

O Plenário aprovou ontem em primeiro turno, com 74 votos favoráveis e nenhum contrário, a proposta de emenda à Constituição que restringe a imunidade às opiniões, palavras e votos emitidos pelo parlamentar. A matéria, originada no Senado, havia sido modificada e aprovada na Câmara. Falta agora, portanto, apenas a votação em segundo turno pelos senadores para que seja promulgada ainda no atual período de autoconvocação das Casas legislativas.

De acordo com o texto aprovado, deixa de ser necessária licença prévia para que o parlamentar seja processado pelo Supremo Tribunal Federal.

PÁGINA 3



Comissão de Assuntos Econômicos deu parecer favorável ao projeto do novo tributo, aprovado mais tarde pelo Plenário

## Projeto que institui tributo sobre combustíveis vai à sanção presidencial

PÁGINA 5

## Líderes tentam acordo para votar Orçamento de 2002

Líderes da base governista e da oposição reúnem-se na manhã de hoje em busca de entendimento para que a proposta do Orçamento da União seja votada ainda esta semana.



Ramez Tebet conversa com o relator do Orçamento para 2002, Sampaio Dória

PÁGINA 8

# Tebet espera votar Orçamento no período de autoconvocação

Presidente do Senado confia em acordo entre lideranças para aprovar esta semana a proposta orçamentária da União prevendo salário mínimo de R\$ 200

## Aprovados diretores da ANTT

Foram aprovadas ontem mensagens presidenciais nomeando quatro diretores da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O presidente da República será informado de que o nome de José Alexandre Nogueira de Rezende foi confirmado no cargo de diretor-geral da ANTT. Outros três diretores tiveram seus nomes aprovados pelo Senado: Luiz Afonso dos Santos Senna, Noburo Ofugi e Anália Francisca Ferreira Martins.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, abriu oficialmente, em sessão solene realizada às 10h de ontem, a 5ª sessão legislativa extraordinária da 51ª legislatura. O período de autoconvocação do Congresso Nacional, destinado à conclusão dos trabalhos legislativos do ano, termina no dia 21. Até lá, os deputados e senadores deverão votar, primordialmente, o Orçamento da União para 2002. A previsão de Tebet é a de que isso ocorra até amanhã.

Após a instalação do período de autoconvocação, o presidente do Senado concedeu entrevista à imprensa, afirmando que sua expectativa para essa etapa é boa e que confia em um acordo entre as lideranças sobre o Orçamento, especialmente no que diz respeito ao aumento do salário mínimo – previsto para ficar em torno de R\$ 200.

Tebet disse também, que, além do Orçamento, o Senado daria prioridade às propostas de emenda à Constituição que já se encon-



Segundo Ramez Tebet, têm prioridade no período de autoconvocação matérias relevantes para a sociedade

tram no Plenário – a que restringe a imunidade parlamentar, a que institui a taxa municipal de iluminação pública e a que acaba com a isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre o comércio interestadual de combustíveis (as três examinadas ontem mesmo – veja matérias nas páginas 3 e 4).

– Nós estamos dando importân-

cia às matérias que são relevantes para a sociedade, como a que corrige a tabela de Imposto de Renda, votada na segunda-feira – disse o presidente do Senado, acrescentando que não acredita em veto presidencial ao que foi decidido pelas duas Casas Legislativas.

■ Leia mais sobre a proposta do Orçamento na página 8.



Mozarildo Cavalcanti lembra crítica da população à impunidade

## Mozarildo analisa ética e imunidade parlamentar

A questão da ética foi ressaltada ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) ao analisar o estatuto da imunidade parlamentar. Segundo ele, a ética é um contrato resultante de negociação feita entre os membros de uma determinada sociedade. “Creio, pois, que devemos nos debruçar sobre o que seria a ética de nosso tempo para, a partir de uma negociação, traçarmos os perfis de atuação”, acrescentou.

Mozarildo lembrou que a grande crítica feita pela sociedade é como a imunidade parlamentar tem se transformado em impunidade para parlamentares que não agem de maneira ética. Para ele, é nesse ponto que reside a fragilidade das organizações políticas. “Se chegarmos a um nível de descrédito muito alto, romper-se-ão os laços entre as instituições democráticas e a cidadania. E o primeiro passo é a falta de legitimidade que ameaça tomar conta das instituições públicas”, alertou.

O senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB), em aparte, lembrou também que, ao tomar posse no Senado, sua primeira iniciativa foi apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) redefinindo a imunidade parlamentar. Dentre as mudanças no instituto, Ronaldo destacou a adoção de prazo para que o Congresso aprecie pedidos do Judiciário para processar parlamentares. Caso o Congresso não analisasse os pedidos no prazo determinado, o Judiciário poderia dar continuidade ao processo.

## Confirmado calendário especial para PECs

Antes de iniciar a ordem do dia de ontem, o presidente do Senado, Ramez Tebet, informou que a Constituição permite aos presidentes das duas Casas do Congresso Nacional convocar extraordinariamente os parlamentares para votar matérias de urgência ou interesse público relevante. Nesse caso, as matérias na pauta deverão ser apreciadas em regime de urgência urgentíssima.

Tebet acrescentou que as três propostas de emenda à Constituição (PECs) que motivaram a convocação extraordinária – a que restringe a imunidade parlamentar, a que restabelece a cobrança de ICMS

pela venda de petróleo e energia elétrica e a que institui a taxa de iluminação pública – não poderiam ser apreciadas em regime de urgência. Elas deveriam, no entanto, obedecer ao calendário especial de tramitação estabelecido pelo Plenário, em acordo de líderes.

Ele também comunicou que o ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou provimento ao mandado de segurança impetrado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), contestando o calendário especial de tramitação. Em seu despacho, o ministro argumentou que a Constituição não

faz referência à tramitação de emendas constitucionais, considerando o assunto uma questão *interna corporis* do Legislativo.

Jefferson afirmou que não queria atrasar a tramitação das propostas, mas apenas que o regimento do Senado fosse cumprido. afirmou que iria respeitar a decisão do STF, evitando polêmica. Mas sugeriu que, se o regimento não pode ser cumprido, deve ser modificado.

– Que se diga que, desde que haja acordo de lideranças, o regimento pode ser descumprido. Será uma nova regra à qual me curvarei sempre – afirmou Jefferson.



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 2001

### PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa extraordinária  
Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 2A/95, que dá nova redação ao artigo da Constituição federal (dispõe sobre imunidade parlamentar).

11h30 – Sessão conjunta do Congresso Nacional  
Pauta: apreciação de projetos referentes a matérias orçamentárias. Plenário da Câmara dos Deputados

14h30 – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 2A/95, que dá nova redação ao artigo da Constituição federal (dispõe sobre imunidade parlamentar).

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edson Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

# Plenário aprova restrição à imunidade

Proposta de emenda constitucional recebe em primeiro turno o apoio de todos os 74 senadores presentes à sessão. Imunidade deve valer apenas para opiniões, palavras e votos emitidos pelo parlamentar

Por unanimidade de 74 votos, o Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição (PEC) que restringe a imunidade às opiniões, palavras e votos emitidos pelo parlamentar. A PEC, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) e outros senadores, foi aprovada com as alterações promovidas pela Câmara. O segundo turno de votação foi iniciado em sessão extraordinária realizada ainda ontem, para que a proposta seja promulgada durante a autoconvocação do Congresso Nacional.

Antes da votação da matéria, o presidente do Senado, Ramez Tebet, informou aos parlamentares que o mandado de segurança impetrado no Supremo Tribunal Federal pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) foi indeferido (*ver matéria*). O mandado tentava impedir o calendário especial de tramitação acertado entre os líderes partidários para que essa e outras duas PECs possam ser votadas em tempo menor do que prevê o regimento.

De acordo com substitutivo apresentado pelo senador José Fogaça (PPS-RS) ao projeto origi-

nal, a licença para que o parlamentar fosse processado pelo Supremo Tribunal Federal era automaticamente concedida após 120 dias, caso não houvesse deliberação sobre o pedido da Justiça para processar o parlamentar.

Os deputados acabaram com a necessidade de licença, estabelecendo prazo de 45 dias para que o andamento da ação seja susinado, necessitando para isso do apoio da maioria dos parlamentares. O texto aprovado pela Câmara também acaba com a imunidade para crimes ocorridos antes da diplomação de parlamentares.



O Plenário do Senado iniciou ainda ontem a discussão da proposta em segundo turno para que possa ser promulgada este ano

## Senadores destacam necessidade da mudança

Manifestaram-se em Plenário a favor da proposta de emenda constitucional que restringe a imunidade parlamentar 38 senadores. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) — que ingressou com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contestando a tramitação dessa e de outras duas PECs em prazo menor do que o estipulado pelo regimento do Senado — afirmou que jamais teve intenção de protelar a aprovação da medida. Sua contestação objetivava preservar o respeito ao regimento, já que é inteiramente a favor do fim do privilégio da imunidade.

O parlamentar considerou o substitutivo do senador José Fogaça (PPS-RS) melhor do que o texto que voltou da Câmara dos Deputados. Jefferson afirmou que, mesmo inconformado com o desrespeito ao regimento, congratulava o Congresso Nacional pela aprovação da matéria.

Fogaça elogiou a determinação do presidente do Senado, Ramez Tebet, de ver aprovada a matéria antes do fim da sessão legislativa.

— Apreendi que, sem a vontade do presidente da Casa, matérias polêmicas são esquecidas.

Durante a discussão da matéria, Tebet pediu licença ao Plenário para fazer “uma homenagem justa e sincera” ao autor da matéria, violando a ordem de inscrição para antecipar o pronunciamento do senador Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB). Este parabenizou Tebet pela condução dos trabalhos e por ter incluído a matéria dentro da autoconvocação extraordinária.

### PROCESSO

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que a proposta, embora não seja perfeita, apresenta grande avanço. Ele manifestou temor de que governadores influenciem assembleias legislativas para que os processos contra deputados estaduais sejam sustados, como permite a PEC. A possibilidade de sustação do processo foi considerada “uma aberração” pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), por introduzir interesses corporativos ao permitir que os parlamentares julguem se há ou não perseguição política contra o colega acusado.

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), afirmou que a possibilidade de sustar o andamento do processo é “um caso mais sério do que se pensa”, porque poderá causar um entrevero entre os Poderes Legislativo e Judiciário. Ele explicou que, na Assembleia Nacional Constituinte — da qual foi relator —, alguns parágrafos foram incluídos na ideia original, desmoralizando o instituto da imunidade parlamentar.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) também afirmou que o projeto aprovado pela Câmara é um retrocesso em relação ao que foi aprovado pelo Senado. Segundo ele — que, por ter assinado o pedido de instalação da CPI da Corrupção, teve de deixar o PSDB —, os parlamentares acabarão dependentes da boa vontade da cúpula partidária para fugirem a processos judiciais motivados por

perseguições políticas.

Na opinião do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a possibilidade de o processo ser susinado pelas Casas legislativas pode levar a uma solução pior, com “pressões políticas para pôr fim ao processo”. Já Ademir Andrade (PSB-PA) manifestou confiança na responsabilidade dos parlamentos, entendendo ser impossível que o Legislativo suspenda processos contra parlamentares por pressão da opinião pública e da mídia.

### ÉTICA

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), afirmou que a imunidade parlamentar desmedida leva a opinião pública a querer transformar o conselho em Poder Judiciário ou no Ministério Público. O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), lembrou que votou pela expulsão do ex-deputado Hildebrando Paschoal do PFL, por crimes cometidos antes de assumir o mandato.

Para Ricardo Santos (PSDB-ES), a votação da PEC representou o coroamento de esforços do Senado para resgatar a ética na política.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que a imunidade, de acordo com o atual texto constitucional, impede o reencontro da atividade política com a ética. Já Arlindo Porto (PTB-MG) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacaram que o Senado está atento ao maior respeito à ética cobrado pela sociedade.

Fernando Bezerra (PTB-RN) considerou que a PEC e o projeto

de lei de conversão que limitou a edição de medidas provisórias são as matérias mais importantes votadas na Casa este ano, lembrando que ambas foram relatadas por José Fogaça. Já Mauro Miranda (PMDB-GO) lembrou que a PEC terá reflexos em outras instâncias do Poder Legislativo e também no Executivo.

### “CARGA MALDITA”

O líder do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ), disse que a proposta livra o Congresso “da carga maldita de pessoas que buscavam a eleição para evitar acertar contas com a Justiça”. Já Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que a PEC é “mais um passo para o fortalecimento da imagem do Congresso”.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestou sua satisfação em ver “a quebra de uma imoralidade, que era a imunidade parlamentar indefinida”. Iris Rezende (PMDB-GO) lembrou que mais de 90% dos parlamentares não fazem uso do instituto da imunidade parlamentar. Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou que a decisão “assegura tranquilidade para o exercício do mandato”.

Paulo Hartung (PSB-ES) afirmou que a mudança “ajuda a qualificar a representação parlamentar no nosso país”. Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) avaliou que a medida irá desestimular os que buscam no mandato parlamentar a imunidade para crimes. Sérgio Machado (PMDB-CE) destacou que a aprovação da PEC representa “um grande avanço”.

### RESPEITO

Para Geraldo Melo (PSDB-RN), a

decisão contribui para aumentar o respeito da sociedade pelo Parlamento. Moreira Mendes (PFL-RO) e Leomar Quintanilha (PFL-TO) ressaltaram que a decisão do Senado reflete o pensamento e o sentimento da sociedade.

Álvaro Dias (PDT-PR) ressaltou não haver razão para o parlamentar ser tratado diferentemente nos casos de crime comum. Francellino Pereira (PFL-MG) e Carlos Patrocínio (PTB-TO) observaram que os parlamentares devem exercer sua atividade certos de que são iguais a todos os brasileiros.

Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou ser inconcebível a manutenção de privilégios injustificados. Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que a sociedade não agüenta mais ter a imunidade como sinônimo da impunidade.

O senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) disse que a restrição à imunidade confere ao parlamentar o dever de respeitar as leis que regulam a vida do cidadão comum. Já Amir Lando (PMDB-RO) ressaltou o importância de garantir as prerrogativas do mandato parlamentar, retirando os excessos.

O senador José Alencar (PL-MG) elogiou o trabalho do presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), por ter apressado a tramitação da proposta. Carlos Wilson (PTB-PE) homenageou o autor da matéria. Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que a PEC mantém a desobrigação de os senadores testemunharem sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.

# Senado rejeita cobrança de taxa de iluminação pública

A proposta de emenda à Constituição obteve ontem 46 votos favoráveis, três a menos que o mínimo necessário para a aprovação

A proposta de emenda à Constituição que permitia aos municípios cobrarem taxa de iluminação pública foi rejeitada ontem pelo Plenário do Senado. O texto, aprovado pela Câmara dos Deputados no início do mês, obteve 46 votos favoráveis – três a menos que o necessário à aprovação. Quatorze senadores votaram contra a proposta e dois se abstiveram.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) criticou a proposta. Ela disse que a instituição da taxa



Para Heloísa Helena, a taxa de iluminação iria penalizar a população mais pobre

penalizaria a população mais pobre, com a criação de mais um tributo. Segundo disse, instituir

impostos é a forma mais fácil de arrecadação, sem que isso signifique justiça fiscal.

– É a forma mais fácil de ter dinheiro em casa, sem mexer no pagamento dos serviços da dívida, mas no bolso da população pobre – afirmou.

O relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), defendeu a proposta argumentando que não se criaria um novo tributo, mas seria regulamentada uma realidade já presente em muitos municípios que já cobram a taxa. Outro mérito da proposta, salientado por Jucá, é a exigência de ampliar a rede de iluminação pública para o combate à violência urbana.

# Plenário aprova criação de 2.500 cargos no Ibama

Vai à sanção presidencial projeto de lei da Câmara dos Deputados aprovado ontem criando 2.300 cargos públicos de analista ambiental (de nível superior) e 200 de técnico ambiental (nível médio) no quadro de pessoal do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos



Marina destacou importância do projeto para a preservação

Naturais Renováveis (Ibama). Os cargos serão preenchidos por concurso público e terão sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O projeto de lei prevê que 1,2 mil vagas sejam preenchidas a princípio, ficando as demais condicionadas à quantidade de vagas

existentes no quadro do Ibama. O governo calcula que as contratações redundarão em despesas de R\$ 122,6 milhões em 2002 e 2003. O projeto cria também o quadro de pessoal da Agência Nacional de Águas (ANA).

A senadora Marina Silva (PT-AC) lembrou os benefi-

os que o projeto trará para a área ambiental. Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou a importância de o projeto ter sido votado. A mesma posição foi defendida pelos senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Sebastião Rocha (PDT-AP), Sérgio Machado (PMDB-CE), Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Moreira Mendes (PFL-RO).

# CCJ volta a discutir ICMS em venda de petróleo

Devido às emendas apresentadas em Plenário, voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta de emenda à Constituição (PEC) que restabelece a cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações de venda pelo estado produtor de bens como petróleo e energia elétrica. A isenção, segundo a proposta, seria mantida apenas para lubrificantes e combustíveis, líquidos ou gasosos, derivados de petróleo.

O primeiro signatário da PEC, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), argumentou que a proibição de cobrança de ICMS por parte dos estados produtores de petróleo e energia elétrica, em suas vendas a outros estados, pune o estado produtor, transferindo para a unidade da Federação consumidora toda a receita da venda.

Uma vez que, no Brasil, os estados produtores de petróleo e energia elétrica localizam-se em regiões mais pobres, enquanto os grandes estados consumidores são os mais ricos, a isenção de cobrança “consagra na Constituição, absurdamente, um mecanismo de transferência de renda das regiões mais pobres para as mais ricas”, disse.

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) apresentou emenda à PEC admitindo a cobrança de ICMS no

estado produtor apenas para petróleo e mantendo a isenção em relação à energia elétrica. Paulo Souto (PFL-BA) também apresentou emendas para obrigar a proposta a novo exame na CCJ. Para ele, o assunto é controverso e precisa de mais discussão. Para o senador José Alencar (PL-MG), a incidência do ICMS precisa ser analisada de maneira global.

## JUSTIÇA FISCAL

Ao discutir a proposta, Geraldo Melo ressaltou que não haverá majoração nos preços do petróleo e energia elétrica pagos pelo consumidor final, uma vez que o montante total de ICMS não se alterará, “restabelecendo-se apenas a justiça fiscal”.

Segundo disse, a proposta contribui para o aperfeiçoamento do sistema tributário, que “deve tornar-se, cada vez mais, um eficaz instrumento” do desenvolvimento econômico regional. “Além do mais, a PEC virá corrigir uma situação iníqua dos estados exportadores de petróleo e energia elétrica, que, ao contrário de estados exportadores de quaisquer mercadorias que fazem jus à parte do ICMS cobrados sobre tais bens, estão proibidos de receber qualquer centavo oriundo dessas operações interestaduais”, concluiu Geraldo Melo.

Os senadores Nabor Júnior



Geraldo Melo considera que a cobrança do ICMS pelo estado produtor de petróleo restabelecerá a justiça fiscal

(PMDB-AC), Moreira Mendes (PFL-RO) e Ricardo Santos (PSDB-ES) argumentaram que quase todos os estados da Federação perderão receita, por serem consumidores e não produtores de petróleo e energia elétrica. Para Emilia Fernandes (PT-RS), os estados produtores já compensam suas perdas por meio do recebimento de royalties.

Segundo Álvaro Dias (PDT-PR), “é uma tremenda injustiça” que os estados produtores de petróleo e energia elétrica não possam cobrar ICMS sobre seus produtos, como fazem os produtores de outros bens. Ele reconheceu que o assunto seria mais bem equacionado dentro de uma reforma tributária global.

# Aumento para professores vai à sanção presidencial

Em votação simbólica, o Senado aprovou projeto de lei de iniciativa do governo federal que reajusta os salários de professores universitários, servidores das instituições federais de ensino e residentes médicos e previdenciários por meio da alteração de tabelas e da criação de gratificações. Como já foi aprovado na Câmara, o projeto vai à sanção presidencial.

Segundo a mensagem do presidente da República, a proposta foi fruto de exaustivas discussões com a participação de parlamentares, em que as partes resolveram atacar o problema da baixa gratificação pela correção das tabelas de vencimento básico dos docentes. O Executivo prevê que o reajuste representará um au-

mento de R\$ 366 milhões nas despesas orçamentárias de 2002.

O projeto tramitou em regime de urgência, já que sua aprovação foi condição para que as greves dos professores e servidores das universidades federais de ensino fossem encerradas depois de mais de 100 dias. O projeto estendeu as gratificações aos proventos da aposentadoria e das pensões dos beneficiados, uma reivindicação apresentada pelos professores que acabou sendo atendida pelo governo federal.

Pela proposta, sobre as tabelas de vencimentos dos professores e funcionários incidirá qualquer índice concedido a título de revisão geral da remuneração dos servidores federais entre 30 de novembro de 2001 e 31 de janeiro de 2002.

# Carreira previdenciária pode ser regulamentada

Na segunda sessão realizada ontem, o Plenário do Senado aprovou o projeto de lei que regula a carreira previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A proposta cria a Gratificação de Desempenho da Atividade Previdenciária (GDAP), que pode chegar a R\$ 500,80 para servidores de nível superior. A matéria vai à sanção presidencial.

Na justificativa enviada pelo Poder Executivo – autor da pro-

posta –, a despesa adicional para o ano que vem decorrente da vigência da lei aprovada é de R\$ 114,5 milhões. Essa despesa será coberta por parte da reserva de contingência adicional.

Segundo o governo, o projeto “tem como fundamento a adequação e a qualificação do corpo funcional do INSS, com vistas a garantir a polivalência de especializações, a adaptação a novas tecnologias e a capacidade de inovação”.

# Aprovado tributo sobre importação de petróleo

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) será cobrada a partir de 2002, quando termina monopólio da Petrobras na importação de combustíveis e derivados. Projeto vai agora à sanção presidencial

O projeto que institui a cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e álcool etílico combustível foi aprovado ontem pelo Senado. A matéria segue para a sanção presidencial.

A nova contribuição será cobrada a partir de 2002, quando termina o monopólio da Petrobras na importação de combustíveis e derivados. Pela manhã, o projeto havia recebido parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

— A Cide substituirá a Cofins e o PIS/Pasep e, ao incidir igualmente sobre produtos importados, evitará que se prejudique o produto nacional — explicou o senador Romero Jucá (PSDB-RR), relator do projeto. Ele informou, ainda, que



A cobrança da Cide sobre importação de petróleo, gás natural e álcool etílico combustível havia sido aprovada de manhã pela CAE

o tributo não provocará aumento dos preços dos combustíveis.

A arrecadação do tributo será destinada ao pagamento de subsídios a preço ou transporte de gás natural e derivados de petróleo, além do financiamento a projetos ambientais relacionados com a indústria de petróleo e gás e a infra-

estrutura de transportes.

## SUPER TUCANO

Também foi aprovada pelo Plenário mensagem do Poder Executivo solicitando autorização para a contratação de operação de crédito externo no valor de US\$ 156 milhões junto a um consórcio de bancos liderado pelo

Deutsche Bank.

Os recursos deverão ser utilizados no Projeto AL-X, de desenvolvimento de aviões *Super Tucano*, concebidos para dar suporte ao policiamento do espaço aéreo nas regiões Norte e Centro-Oeste. O relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), apresentou voto favorável à proposta, cuja aprovação recebeu o “apoio entusiasmado” do senador Jefferson Péres (PDT-AM) e foi classificada por Romero Jucá como “importante para o país e para a região amazônica”.

O Plenário aprovou ainda pedido do governo gaúcho para assumir dívida de R\$ 381,6 milhões do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (Ipergs), refinanciada junto à União. A proposta recebeu parecer favorável do senador Paulo Hartung (PSB-ES),

que vê na medida a garantia de tratamento isonômico para o Rio Grande do Sul em relação a outros estados que já realizaram operações semelhantes.

Ao apoiar o voto de Hartung, o senador José Fogaça (PPS-RS) lembrou que a proposta não prevê refinanciamento de dívida, mas somente a troca da pessoa jurídica responsável pelo compromisso. Manifestaram-se igualmente a favor da medida os senadores Romero Jucá, Eduardo Suplicy (PT-SP), Waldeck Ornélas (PFL-BA), Pedro Simon (PMDB-RS) e Jefferson Péres.

Os senadores também aprovaram mensagem presidencial pedindo autorização para operação de crédito externo no valor de até 98,6 milhões de euros, para o financiamento parcial do projeto do trem metropolitano de Fortaleza.

## Resolução muda limite de endividamento dos estados

As dívidas consolidadas dos estados e do Distrito Federal deverão ser limitadas a no máximo duas vezes o valor de sua receita corrente líquida. É o que prevê resolução aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto estabelece ainda que as dívidas dos municípios terão como teto valor equivalente a 1,2 vez as receitas obtidas pelas prefeituras.

— Com essa medida, pretende-se acabar com a possibilidade de endividamentos irresponsáveis — afirmou, ao final da reunião da comissão, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria e presidente da CAE.

No projeto de resolução que apresentou, o senador optou por excluir trecho previsto da proposta inicial, do Poder Executivo, que tratava de condições para as operações de crédito. A aceitação da iniciativa do governo nessa matéria, afirmou, poderia vir a ser interpretada como eventual invasão de competência do Senado.

A cautela de Alcântara foi elogiada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), para quem a medida poderá evitar a criação de uma pendência jurídica no Supremo Tribunal Federal. O senador José Fogaça (PPS-RS), por sua vez, considerou interessante a possi-

bilidade, prevista no projeto, de estados e municípios adaptarem-se aos novos limites de endividamento ao longo de 15 anos. “Para alguns estados, os limites serão problemáticos, mas a carga será distribuída ao longo dos próximos três governos”, previu.

Segundo exposição de motivos apresentada pelo Executivo, os novos limites de endividamento previstos para estados e municípios representam uma pequena elevação em relação aos níveis médios atuais, estimados pelo Banco Central, respectivamente, em 1,56 e 0,97 vezes o valor das receitas correntes líquidas. De acordo com o texto, a aprovação da proposta levará à “manutenção ou à diminuição do endividamento do setor público consolidado”.

Apesar de votar favoravelmente à proposta, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) disse que no futuro será necessária uma revisão das metas estabelecidas. Na sua opinião, as metas de endividamento deveriam igualmente reduzir a possibilidade de aumento da dívida da União. O senador Lauro Campos (PDT-DF) advertiu que o aperto na base monetária poderá levar à criação de novas moedas no Brasil, a exemplo do que tem ocorrido na Argentina.

## Infra-Estrutura acolhe nomes para compor diretoria de várias agências

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem a indicação de Carlos Alberto Wanderley Nóbrega para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Foram aprovados ainda os nomes de José Guimarães Barreiros e de Tarcisio Jorge Caldas Pereira para diretores da Antaq, e de John Milne Albuquerque Forman para diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Durante a reunião, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) criticou o que chamou de desmonte da marinha mercante nacional. Segundo ele, ao longo dos últimos anos, as maiores empresas do setor foram vendidas ao capital estrangeiro, causando grandes prejuízos ao empresariado nacional e à soberania brasileira. Em resposta, Carlos Alberto Nóbrega, indicado para a diretoria geral da Antaq, disse ser preocupação do governo fortalecer a marinha mercante nacional, principalmente no Mercosul.

## SEGURANÇA

O senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) pediu aos futuros diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários segurança para passageiros e turistas que navegam pelos rios da região ama-



Entre as indicações apreciadas pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura está a do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários

zônica. Ele lembrou que piratas, os chamados “ratos d’água”, chegaram a assassinar o navegador neozelandês Peter Blake, fato que provocou a diminuição do turismo ecológico em toda a região. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) sugeriu que a Antaq faça uma parceria com a Polícia Federal para combater a criminalidade na Amazônia.

Carlos Alberto Nóbrega considerou viável a sugestão de Tuma e informou que caberá à Antaq fiscalizar todo o transporte aquaviário, além de dar prioridade à navegação fluvial.

## PETRÓLEO

John Milne Albuquerque, indicado para a Agência Nacional do

Petróleo, informou que o país produz, atualmente, cerca de 1,3 milhão de barris de petróleo por dia e que a meta é atingir uma produção de 2 milhões de barris/dia em 2005.

Ontem, a CI aprovou ainda a indicação de Francisco de Paula Magalhães Gomes para diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). Foram aprovados também os nomes de Luziel Reginaldo de Souza, Rogério Gonzales Alves, Antônio Machado Bastos e Wildjan da Fonseca Magno para a diretoria daquele órgão.

Todos os nomes serão submetidos agora à apreciação do Plenário do Senado.

# Mozarildo: droga é produzida próximo à fronteira do Brasil

Segundo o senador, Polícia Federal constatou a existência de seis bases na Colômbia, com produção mensal de 56 toneladas de cocaína

Existem seis bases de produção de cocaína localizadas próximo à fronteira do Brasil com a Colômbia que produzem mensalmente cerca de 56 toneladas da droga. A informação foi levantada pela Polícia Federal e anunciada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que se disse preocupado com o dado, principalmente porque as bases são patrocinadas e protegidas pela organização guerrilheira Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc.

— Esse esquema tem para nós, brasileiros, importantes repercussões do ponto de vista policial, mas também implicações políticas e de segurança nacional — disse o senador, acrescentando que, ape-



Mozarildo Cavalcanti alerta para implicações policiais, políticas e de segurança nacional

sar de a produção ainda estar do lado colombiano, o transporte ilegal utiliza-se do Brasil para fazer suas rotas.

Mozarildo informou que o transporte aéreo clandestino faz a droga chegar, no atacado, às cidades de Guajará-Mirim e Porto Velho, em Rondônia; Rio Branco,

no Acre; Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira e Manaus, no Amazonas; e Boa Vista, em Roraima. Ele disse acreditar, inclusive, que essas cidades estejam servindo de apoio logístico para a rede continental de transporte de droga.

Para o senador, além das investigações da Polícia Federal, que, destacou, têm sido muito eficientes, o governo brasileiro precisa, para enfrentar a atuação dos narcotraficantes, fortalecer a presença do poder público em pontos estratégicos da fronteira.

Lembrando o fato de a fronteira da Amazônia ser muito permeável, o senador defendeu o avanço do projeto Calha Norte, de caráter civil e social, e também a total implementação do projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), voltado para o monitoramento do espaço aéreo amazônico.

## Romero Jucá elogia estudos sobre saúde suplementar

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) parabenizou a Agência Nacional de Saúde (ANS) e as autoridades sanitárias, “com destaque para o ministro José Serra”, pela realização de dois estudos. O primeiro esmiúça a forma como ocorreu e vem ocorrendo a integração do setor de saúde suplementar ao Sistema Único de Saúde (SUS). O outro analisa o impacto da regulamentação do setor de saúde suplementar.

Baseando-se em informações do diretor-presidente da ANS, Jucá citou dados segundo os quais o setor de medicina suplementar movimentava anualmente R\$ 23 bilhões. O senador salientou que, até as primeiras iniciativas de regulamentação, esse setor funcionava segundo suas próprias regras, sem qualquer interferência governamental.

Para ele, em um país pobre como o Brasil, a autoridade sanitária não poderia deixar os usuários dos serviços privados entregues à própria sorte. Assim, quando da criação da ANS, suas prioridades foram definidas com um foco especial na defesa dos inte-



Romero Jucá parabeniza a Agência Nacional de Saúde e o ministro José Serra

resses dos consumidores de planos de saúde, ressaltou Romero Jucá.

No entanto, conforme a ANS, 16,2% dos brasileiros são usuários dos planos privados de assistência à saúde, registrando-se a maior taxa de cobertura no estado de São Paulo (35,15%), seguindo-se o Distrito Federal (25,65%) e o Rio de Janeiro (23,48%). Em contrapartida, segundo Jucá, os estados de Mato Grosso, Tocantins, Piauí, Maranhão, Sergipe, Alagoas, Pará, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia têm taxas inferiores a 5%.

## Maria do Carmo pede urgência para salvar Velho Chico

Ao comentar a exibição do programa *Globo Repórter* sobre os problemas do Rio São Francisco, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) apelou para que os parlamentares se unam na aprovação da proposta de emenda constitucional do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que trata da revitalização da bacia do Velho Chico. A proposta foi aprovada em primeiro turno e depende de segunda votação antes de ir para a Câmara.

— O ano de 2001 está findando e as iniciativas esperadas para começar a reverter o processo de definhamento e até, por que não dizer, evitar a morte do Rio São Francisco ainda não foram efetivamente implementadas — disse a senadora.

Conforme Maria do Carmo Alves, “o mais impressionante” no programa da Rede Globo foram as imagens que contrastam o Velho Chico e o rio de hoje, “apenas uma sombra da grandiosidade de três mil quilômetros de águas de outras épocas”.

— Ao ver o que um dia foi o Rio da Integração Nacional, choqueei-me com a urgência em implantar o projeto de revitalização — concluiu a senadora.

## Sesc reflete consciência social do empresariado, diz Alcântara

“A história do Serviço Social do Comércio confunde-se com a do Brasil contemporâneo”, afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao lembrar que o Sesc, com 55 anos de existência, é produto da consciência social do empresariado. Ele salientou que o Sesc atua na promoção social dos comerciários, garante assistência médica aos associados e promove atividades relacionadas com esporte, educação, cultura e lazer.

Segundo o senador, muita gente comete o equívoco de acreditar que o Sesc se mantém com recursos públicos, quando na verdade a entidade conta com a contribuição

compulsória de 1,5% sobre as folhas de pagamento das empresas do setor de comércio. A confusão é decorrente do fato de o Sesc pagar ao INSS para utilizar a máquina administrativa do órgão governamental na arrecadação.

Com base em informações do próprio Sesc, Alcântara disse que até 1996 a entidade já dispunha de mais de 500 consultórios de dentistas e médicos espalhados pelo Brasil. Além dos 400 ginásios e centros esportivos, segundo o senador, a quantidade de teatros e auditórios também impressiona: são mais de 100 salas, entre elas o conhecido Sesc Pompéia, em São Paulo.

## Eduardo afirma que Tocantins cresce, apesar da crise mundial

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou que, apesar da crise mundial após os atentados terroristas nos Estados Unidos, o estado do Tocantins vem recebendo investimentos de grande importância e abrangência econômica. Ele observou que, com a conclusão de novas usinas hidrelétricas, a oferta de energia faz com que o estado seja um dos poucos exportadores “desse bem tão carente e tão necessário ao desenvolvi-

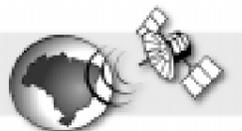


Eduardo Siqueira Campos registra investimentos importantes no estado

to” para outras unidades da Federação.

Citando dados apurados pela Junta Comercial do estado, Eduardo disse que em Palmas houve crescimento de quase 100% na abertura de novas empresas, sobretudo nos segmentos de comércio e de serviços. Observou ainda que novos investimentos estão sendo programados, como a instalação, nas proximidades da capital, de uma fazenda de criação de avestruzes.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h — Saúde/Unip — Estresse — Parte 1  
6h30 — Cidadania — O sen. Roberto Saturnino e o sen. Jefferson Pêres falam sobre o mercado de petróleo  
7h30 — Entrevista — O sen. Juvêncio da Fonseca fala sobre o gasoduto Brasil-Bolívia  
8h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado  
8h30 — As Cores do Brasil — Campina Grande — São João  
9h — Saúde/Unip — Estresse — Parte 1  
9h45 — Senado Informa (ao vivo)  
10h — Sessão Plenária (ao vivo)  
11h30 — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (ao vivo)  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)  
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (representação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h — Música, informação e serviços  
7h30 — Senado Notícias em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste  
8h — Senado Primeira Hora — Entrevistas: Vera Lúcia da Silva, delegada da mulher do DF, sobre decisão do STF que considerou o estupro um crime hediondo; sen. Amir Lando, sobre pesquisa do IBGE que revela gastos do governo em cada área de atuação; sen. Casildo Maldaner comenta o processo de votação, pelo Senado, das PECs; as principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música, informação e serviços  
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
13h30 — Na Cadência do Samba — Os grandes nomes da nossa música mais popular  
14h15 — Senado Notícias — Edição da Tarde  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h30 — A Voz do Brasil  
20h — Música, informação e serviços  
20h30 — Na Cadência do Samba (reprise)  
22h — Senado Notícias — Edição da Noite  
23h — Escala Brasileira

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

### Cabral propõe homenagem à "Tribuna da Imprensa"

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) propôs ontem a realização de sessão no Senado para homenagear os 50 anos da *Tribuna da Imprensa* e seu jornalista responsável, Hélio Fernandes, devido aos "tantos anos de bons serviços à liberdade de imprensa e à luta constante contra o arbítrio e o regime militar".

Segundo Cabral, é a terceira vez que ele propõe a realização da homenagem. "Reivindico que seja marcada a solenidade para o início do próximo ano legislativo, em fevereiro de 2002, agora para celebrar os 52 anos de funcionamento do jornal."

Presidindo a sessão, o senador Edison Lobão (PFL-MA) garantiu que o Senado realizará a homenagem.

### Aprovado voto de pesar pela morte de ex-ministro

O Plenário aprovou ontem requerimento de pesar, apresentado pelo senador Lindberg Cury (PFL-DF), pela morte de Nuri Andraus Gassini, ex-ministro da Agricultura do governo Itamar Franco. Segundo o senador, ele faleceu na madrugada de ontem, vítima de câncer.

Nascido em Uberlândia (MG), Andraus era descendente de libaneses, estudou engenharia em Ouro Preto (MG) e mudou-se para Brasília ainda jovem. Empresário de destaque, Andraus sempre lutou pelos interesses da cidade que ajudou a construir. Ele foi considerado empresário do ano em 2001 e há poucos meses recebeu o título de Cidadão Honorário de Brasília, disse Lindberg.

### Alcântara registra encontro de auditores e fiscais em Fortaleza

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou a realização, em Fortaleza, do XIII Encontro Nacional da Federação dos Auditores e Fiscais do Município (Fenafim). Durante o encontro, Alcântara participou de discussão sobre projeto de lei, em tramitação na Câmara, que trata das carreiras exclusivas de Estado.

Aos participantes do encontro, promovido pela Associação dos Auditores de Tributos Municipais de Fortaleza (Audif), Alcântara afirmou que a definição de carreiras exclusivas não é matéria pacífica e envolve uma questão mais ampla, que é a definição de quais devam ser as atividades do setor público.

O projeto estabelece que a perda do cargo somente ocorrerá mediante processo administrativo.

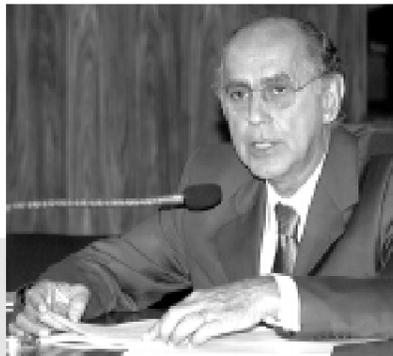
## Mauro Miranda cobra ações contra o déficit habitacional

Segundo o senador, os recursos previstos pelo Orçamento de 2002 para construção de casas populares são insuficientes para solucionar o problema

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu ações do governo e o esforço dos parlamentares no sentido de diminuir o déficit habitacional brasileiro, que, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), passou de 4,4 milhões para 5,2 milhões de moradias, entre 1981 e 1998.

Mauro Miranda lamentou o pequeno volume de recursos previsto no Orçamento Geral da União para 2002 destinados a atender a demanda habitacional. Ele lembrou que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou emenda no valor de R\$ 350 milhões para a construção de 100 mil casas populares.

O senador ressaltou que, conforme declaração de representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo (Sinduscon), o Brasil jamais con-



Mauro: CAS aprovou emenda de R\$ 350 milhões ao Orçamento para casas populares

seguirá suprir a demanda habitacional se não houver "intervenção efetiva e inteligente do governo federal".

Os parlamentares foram clamados por Mauro a cobrarem, dos candidatos à Presidência da República e aos governos estaduais nas eleições de 2002, metas para a eliminação progressiva do déficit habitacional.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) afirmou que a falta de moradia só será resolvida quando o país melhorar a distribuição de renda. Ele também lamentou o fato de o Orçamento para 2002 não prever recursos suficientes para responder à demanda de moradia popular.

## Santos quer recursos para melhoria do café

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) espera aprovar na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) emendas ao projeto que destina, em 2002, R\$ 200 milhões do Funcafé para o Programa de Melhoria da Qualidade do Café. Segundo o senador, o projeto já foi aprovado na comissão, e falta apenas o exame das emendas. "A aprovação é importante para que possamos dotar o produtor rural de linha de crédito adequada, em termos de disponibilidade, juros e prazos", disse.

Ricardo Santos destacou a realização do concurso de Qualida-



Segundo Ricardo Santos, produtor precisa de linha de crédito adequada

de do Café, em Pedra Azul (ES), para estimular a produção de cafés especiais na zona serrana do

Espírito Santo e consolidar a marca Café da Montanha. O concurso teve 166 participantes e premiou 32 cafeicultores. Em primeiro lugar ficou Leandro Carnielli, de Venda Nova do Imigrante.

— O concurso representa o coroamento de amplo e intenso trabalho de melhoria da qualidade e agregação de valor que vem se desenvolvendo na região — afirmou. A cafeicultura de montanha no Espírito Santo, observou, é desenvolvida em 22 mil propriedades e gera 120 mil empregos diretos. A produção anual chega a cerca de 2 milhões de sacas.

## Ademir aponta crescimento do trabalho infantil no país

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que é crescente no país, particularmente no Pará, a exploração do trabalho infantil, "em que milhares de famílias brasileiras, na luta pela sobrevivência, se vêem obrigadas a expor os filhos às mais diversas formas de trabalho". Pesquisa da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), disse, constatou que em 21 de 25 municípios paraenses visitados por técnicos do órgão foi confirmada a exploração de menores.

— Das cerca de 900 mil crianças e adolescentes entre 5 e 15

anos que vivem no Pará, mais de 99 mil trabalham nos setores formal e informal da economia. São milhares de crianças e adolescentes trabalhando como vendedores ambulantes, engraxates, borracheiros, empregados domésticos, cozinheiros, faxineiros, catadores de lixo, carvoeiros, ajudantes de olarias, catadores de caranguejos e mariscos. Além disso, muitos são envolvidos no tráfico de drogas e, sobretudo as meninas, na prostituição — disse.

A jornada média desses menores, segundo o senador, é de oito



Ademir disse que mais de 99 mil crianças e adolescentes no Pará estão no mercado de trabalho

horas, e em muitos casos entra pela noite e madrugada. A maioria, observou, trabalha em situação de risco e fica exposta a danos físicos e psicológicos. O programa Bolsa-Escola, do governo federal, avalia, poderia contribuir para a solução do problema.



Iris Rezende: universidade reclama mais investimentos para expandir atividades acadêmicas

## Iris ressalta os 41 anos de criação da UFG

Os 41 anos da Universidade Federal de Goiás (UFG), completados no dia 14, foram registrados em discurso pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO). Para ele, a UFG é "uma das instituições de ensino superior mais respeitáveis do país, com notável história de realizações acadêmicas e exemplar ficha de serviços prestados ao povo do estado de Goiás e do Brasil". O senador aproveitou para observar que há anos a instituição reclama mais investimentos para expandir suas atividades acadêmicas, "mas o governo infelizmente não permite, dando a impressão de que realmente assumiu a visão neoliberal que prega a privatização a qualquer custo do ensino superior e o encolhimento da presença do Estado na vida da sociedade".

Iris Rezende relatou a luta dos goianos por uma instituição pública de ensino superior, que teve como maior líder o diretor, em 1959, da Faculdade de Direito, Colemar Natal e Silva. O senador lembrou que a lei que criou a UFG foi sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek na Praça Cívica, centro de Goiânia. "Terminava vitorioso o esforço de décadas pela implantação de uma universidade federal em Goiás e começava, naquele instante, a trajetória da UFG como instituição de ensino superior comprometida com Goiás, voltada para a discussão dos problemas nacionais e para a difusão do conhecimento científico." Iris Rezende informou que a UFG resultou da reunião de cinco escolas de ensino superior então existentes: as faculdades de Direito, de Farmácia e Odontologia e de Medicina, a Escola de Engenharia e o Conservatório de Música.

Hoje a UFG está estruturada em seis *campi* e mantém 18 cursos de mestrado, um de doutorado e 45 de especialização, além dos cursos de graduação.

# Líderes se reúnem hoje para tentar acordo sobre votação do Orçamento

Oposicionistas estão em obstrução para que a lei orçamentária de 2002 garanta um salário mínimo de R\$ 220. Eles querem também solução para dívida dos pequenos produtores rurais

Na manhã de hoje, líderes governistas e da oposição no Congresso se reúnem na tentativa de superar o impasse sobre a votação do projeto de Orçamento de 2002, devido à decisão dos oposicionistas de obstruir os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento. PT, PDT, PCdoB, PSB, PL e PPS propõem que o salário mínimo seja elevado para R\$ 220 em abril próximo, e não R\$ 200, conforme acordo fechado na semana passada pelos líderes dos partidos governistas com o relator-geral do Orçamento, deputado Sampaio Dória (PSDB-SP).

Os oposicionistas também querem que seja resolvida a renegociação das dívidas dos pequenos produtores rurais com o governo, calculadas em R\$ 4,5 bilhões.

No final da tarde de ontem, líderes da oposição apresentaram ao governo sugestões de fontes de recursos para elevar o mínimo para R\$ 220. A principal delas seria a cobrança das dívidas de empresas com a Previdência Social, hoje em R\$ 115 bilhões.

— Cobrar dívidas ativas não é fácil e essa fonte não é perma-



Carlos Bezerra (com o relator-geral do Orçamento, Sampaio Dória) convocou para a manhã de hoje nova reunião para tentar votar pedidos de créditos

nente — afirmou o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP). Para ele, “as oposições perderam a bandeira do salário mínimo e agora querem recuperar terreno”. O anúncio do acordo para o mínimo de R\$ 200 foi feito na semana passada após reunião de líderes partidários governistas.

Com a obstrução, não foi realizada ontem a reunião da Comissão de Orçamento para votar 65 pedidos de créditos, somando R\$ 9,9 bilhões, destinados a vários órgãos do governo. O presidente da comissão, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), convocou nova reunião para a manhã de hoje. Apenas o Comitê de Recei-

tas da comissão se reuniu para examinar as sugestões de novas fontes para bancar o mínimo de R\$ 220, como quer a oposição. As conclusões serão anunciadas na reunião da comissão.

## CRÉDITOS

Para o líder governista Arnaldo Madeira, os partidos de oposição vão ser responsabilizados se não permitirem a votação, neste ano, do projeto de Orçamento e dos pedidos de créditos suplementares. Além dos 65 créditos parados na comissão, outros 12 pedidos de verbas, no valor de R\$ 10 bilhões, já passaram pela comissão, mas devem ainda ser votados pelo Plenário do Congresso. “Se não votarmos os créditos, as oposições estarão contribuindo para aumentar o superávit fiscal da União, superávit primário este que elas tanto criticam”, observou Arnaldo Madeira.

O relator-geral do Orçamento, deputado Sampaio Dória, sustentou que a oposição, ao anunciar a obstrução dos trabalhos da Comissão de Orçamento, “falou em solução para o salário mínimo, mas não mencionou valor”.

## Lei orçamentária desconsiderará reajuste do IR, diz relator

O relator-geral do projeto de Orçamento para 2002, deputado Sampaio Dória, afirmou ontem em entrevista que não há mais tempo hábil de promover cortes na proposta para compensar a queda de receita da União por conta do reajuste de 17,5% na tabela do Imposto de Renda, enviado à sanção presidencial.

— Eu não podia fazer corte no Orçamento pensando em um projeto que ainda estava em tra-

*Para o relator do projeto de Orçamento, talvez seja necessário prolongar os trabalhos do Congresso até a próxima semana*

mitação no Congresso. O Orçamento tem de ser votado neste ano e não dava para esperar. Um corte desses exigirá praticamente um novo relatório e isso leva tempo — afirmou. Ele admitiu que, se o presidente da República vetar o projeto do IR e remetê-lo ao Congresso antes da votação do Orçamento, “alguma coisa terá de ser feita”. “Numa situação dessas, vou me reunir com os presidentes do Senado e da Câmara para ver o que deve

ser feito.” Conforme agências de notícias, o presidente da República espera que o próprio Congresso faça cortes no Orçamento para compensar o reajuste da tabela do IR.

## PRÓXIMA SEMANA

Para Sampaio Dória, “está difícil” aprovar o projeto orçamentário esta semana, exceto se houver acordo de lideranças. Ele manifestou essa mesma opinião ao presidente do Senado, Ramez Tebet, durante encontro no final da tarde. Conforme o relator, “talvez haja necessidade de se prolongar a convocação do Congresso até a próxima semana”.

Conforme a lei, se o Congresso

não votar o projeto de Orçamento a tempo e a proposta não for sancionada pelo presidente da República até 31 de dezembro, no mês seguinte o governo só tem autorização para pagar pessoal, benefícios previdenciários, seguro-desemprego e juros da dívida pública, além de realizar transferências constitucionais a estados e municípios.

Com o atraso na aprovação do Orçamento, dezenas de programas do governo devem deixar de receber verbas, entre eles o Bolsa-Escola, o crédito educativo, a bolsa-alimentação, o assentamento de trabalhadores rurais e a manutenção de rodovias.

## Maguito acusa Perillo de “gasto irresponsável”

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) acusou ontem o governador de Goiás, Marconi Perillo, de gastar “de forma irresponsável” recursos públicos, “em uma espécie de antecipação da campanha de reeleição de 2002”. De acordo com Maguito, em quatro anos de governo, o estado terá gasto R\$ 500 milhões em publicidade oficial, incluindo a previsão orçamentária para o próximo ano.

A intenção do governador de privatizar a Companhia Energética de Goiás (Celg) também teria, para Maguito, relação com o projeto eleitoral do governador. “Mesmo contra a vontade da opinião pública” — pesquisa citada pelo senador indica que 85% dos goianos são contra a privatização —, Marconi Perillo continuaria tentando vender a empresa, disse.

— Ele precisa de dinheiro a qualquer custo para realizar as obras e os projetos que prometeu em campanha e que, por incompetência, não conseguiu cumprir. Mesmo que isso custe a Goiás anos e anos de sacrifício — afirmou.

## REELEIÇÃO

O senador usou os exemplos da administração goiana para defender a revisão do instituto da reeleição, que teria levado administradores a “descalabros financeiros” capazes de comprometer gestões futuras. “Dilapidase o patrimônio público com privatizações precipitadas. Iniciam-se obras indiscriminadamente, muitas vezes sem que haja recursos para a sua conclusão.”

O presidente Fernando Henrique Cardoso, reeleito em 1998, também tem sofrido, na avaliação de Maguito, o desgaste provocado pelo segundo mandato.



Para Maguito, intenção de privatizar Celg tem relação com projeto eleitoral do governador

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Carlos Wilson e Mozarildo Cavalcanti